

ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

A Infraero, de acordo com o CPC n.º 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas. Não constituímos o ativo fiscal diferido, uma vez que não temos expectativa de realização.

j) Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Como forma de assegurar a evolução das práticas, a política de transações entre partes relacionadas é revisada anualmente.

i) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (Impairment), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis passou pelo teste de “recuperabilidade” (Impairment).

j) Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

k) Provisões e Passivos

Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 14.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados

no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 14.

l) Benefícios a empregados

A Empresa concede benefícios a empregados incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde – PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O plano odontológico oferecido por meio de empresa contratada pela própria Empresa. Em 2018, foi instituído novo modelo de custeio do Plano de Assistência Médica – PAMI, mediante a fixação de parcela mensal de contribuição dos empregados, com valores predeterminados, fixos e conhecidos. Os beneficiários arcam também com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, de 30% nos procedimentos de consulta e de 15% para exames ambulatoriais, tratamentos seriados e procedimentos cirúrgicos sem internação. A partir de 2020, o PAMI passou a ser administrado na forma de auxílio-saúde, mediante reembolso, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023.

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefícios Definidos – Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora Infraero. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais – são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

m) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

n) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria PDITA e Demissão Incentivada – DIN

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada de aeroportos administrados pela Infraero, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, implantou o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada - DIN. Dessa forma, à medida que são disponibilizados os números de vagas para adesão, a empresa constitui a provisão para os desligamentos, utilizando como critério os empregados confirmados e deferidos, o montante da provisão é composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

q) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Neste sentido, considerando que a Administração não espera nenhuma realização desses ativos (recuperação em decorrência da venda dos aeroportos constantes no PND – Programa Nacional de Desestatização), estes não serão classificados para o Ativo Circulante.

r) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

s) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

5. Reapresentação do Balanço e da DRE para fins de comparabilidade

Os valores comparativos ao balanço patrimonial, para o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020, assim como a DRE, para o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis desses períodos, estão sendo demonstradas a seguir, de forma a retirar os efeitos da atividade de navegação aérea, devido a cisão parcial, conforme descrito na Nota Explicativa 1.3. Cisão da Atividade de Navegação Aérea.

4. Novas normas, alterações e interpretações contábeis

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021:

a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Empresa ainda não determinou se haverá impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

• alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022;

• alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;

• alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Balanço Patrimonial - Ativo Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo antes da Cisão	Acervo cindido navegação	Saldo após a Cisão
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.100.612		1.100.612
Contas a receber	182.045		182.045
Estoque	39.682	10.330	29.352
Impostos a recuperar	84.111		84.111
Adiantamento para empregados	7.056	883	6.173
Despesas antecipadas	9.000		9.000
Outros ativos	64.484		64.484
Total do ativo circulante	1.486.990	11.213	1.475.777
Não circulante			
Caixa restrito	125.212		125.212
Contas a receber	307.036		307.036
Depósitos judiciais	207.092	1.915	205.177
Investimentos	496.432		496.432
Imobilizado	216.084	48.983	167.101
Intangível	36.439	460	35.979
Total do ativo não circulante	1.388.295	51.358	1.336.937
Total do ativo	2.875.285	62.571	2.812.714

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanço Patrimonial - Passivo Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo antes da Cisão	Acervo cindido navegação	Saldo após a Cisão
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	197.436		197.436
Empréstimo Bancário	54.400		54.400
Cauções de terceiros	25.831		25.831
Encargos trabalhistas	262.512	32.333	230.179
Provisão para PDITADIN	52.204		52.204
Tributos a receber	27.916		27.916
Recursos de terceiros	70.285		70.285
Previdência complementar	7.729		7.729
Ressarcimentos Antecipados	229.961		229.961
Outras obrigações	10.043		10.043
Total do passivo circulante	938.317	32.333	905.984
Não circulante			
Benefício pós-emprego	832.599		832.599
Provisão para contingências	570.605	3.524	567.081
Recursos para aumento de capital	705.204		705.204
Outras obrigações	18.642		18.642
Total do passivo não circulante	2.127.050	3.524	2.123.526
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	3.399.439	26.714	3.372.725
Adiantamento para aumento de capital	1.349.643		1.349.643
Prejuízos acumulados	(3.980.879)		(3.980.879)
Ajuste de avaliação patrimonial	(958.285)		(958.285)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(190.082)	26.714	(163.368)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.875.285	62.571	2.812.714

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações de Resultado Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo antes da Cisão	Acervo cindido navegação	Saldo após a Cisão
Receita operacional líquida	1.584.423	173.670	1.410.753
Custos dos serviços prestados	(1.456.438)	(360.731)	(1.095.707)
Lucro operacional bruto	127.985	(187.061)	315.046
Despesas gerais e administrativas	(1.138.836)	(43.021)	(1.095.815)
Outras despesas	(29.610)	(284)	(29.326)
Outras receitas	46.042		46.042
Resultado de equivalência patrimonial	(954.092)		(954.092)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(1.948.511)	(230.366)	(1.718.145)
Despesas financeiras	(22.171)	(3)	(22.168)
Receitas financeiras	149.326		149.326
Resultado financeiro líquido	127.155	(3)	127.158
Resultado operacional antes do OBU	(1.821.356)	(230.368)	(1.590.987)
Recursos aplicados em bens da união	(378.034)	(3.006)	(375.028)
Resultado líquido do período	(2.199.390)	(233.375)	(1.966.015)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	171	206
Conta corrente	12.959	1.247
Aplicação financeira	1.122.265	1.099.159
Total	1.135.395	1.100.612

As aplicações de liquidez imediata totalizam R\$ 1.135.395 e representam fonte de recurso a ser utilizada em decorrência de eventuais necessidades de caixa. Por ser Empresa Pública, as aplicações são realizadas por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, conforme estabelece a Resolução n.º 3.284, de 25/5/2005, alterada pela Resolução n.º 4.034 de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado.

O Fundo de Aplicação do Extramercado recebe aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União.

7. Caixa restrito

As aplicações de Notas do Tesouro correspondem à venda de participações

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação do tesouro	14	77
TCCA's e convênios	111.296	99.304
Garantias caucionárias	26.162	25.831
Total	137.472	125.212

societárias em cumprimento do Decreto n.º 1.068/94, que trata do Programa Nacional de Privatização – PND. Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série “P”, resgatáveis até janeiro de 2030, ou seja, mantidas até o seu vencimento e que estão sob custódia do Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 14.

Os valores relativos aos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Fundação

do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo estão aplicados em conta poupança, no total de R\$ 18.276.

Os saldos dos convênios celebrados com o Governo da Bahia, Ministério do Turismo e Itaipu Binacional destinam-se a realização de obras e serviços de engenharia visando a modernização dos aeroportos administrados pela Infraero. Atualmente o saldo relativo a esses convênios corresponde ao montante de R\$ 93.020.

As garantias caucionárias registradas em caixa restrito são da modalidade de moeda corrente, prevista no art. 56, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93. São créditos efetuados diariamente, na conta da Infraero, correspondentes a 5% sobre o valor global dos contratos. Esses créditos serão corrigidos, e restituídos às empresas a medida que os contratos se encerram, ou quando as empresas solicitam a sua substituição por outra modalidade de garantia que totalizaram o valor de R\$ 26.162.